

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Gama Saúde Ltda. ("Gama" ou "Empresa"), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Contexto Operacional

A Gama Saúde Ltda. é uma operadora de planos médico-assistenciais, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 40.701-1, especializada na administração de planos de saúde por pós pagamento (custo operacional) e no aluguel de rede nacional para operadoras comerciais de mercado (Seguradoras e Medicinas de Grupo), ou ainda para Autogestões públicas e privadas, atuando também na gestão da rede credenciada de terceiros, realizando tarefas em gestão administrativa e de controle de riscos em assistência à saúde.

Cenário Econômico

O ambiente macroeconômico ao longo do exercício permaneceu caracterizado por taxas de juros em patamar elevado e maior rigor na concessão de crédito, em linha com a condução de política monetária restritiva voltada ao controle inflacionário.

Nesse contexto, reforçou-se a necessidade de disciplina financeira, alocação eficiente de capital e aprimoramento contínuo dos processos de planejamento e controle, especialmente para organizações em fase de expansão.

No segmento de planos coletivos empresariais, a dinâmica da carteira segue diretamente correlacionada à evolução do emprego formal. Durante o período, observou-se relativa estabilidade no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento consistente da base de beneficiários vinculados a contratos corporativos.

A Administração pautou sua atuação por critérios de prudência e responsabilidade, mantendo foco na sustentabilidade econômico-financeira, na eficiência operacional e na geração de valor de longo prazo.

Cenário da Saúde Suplementar

O setor de saúde suplementar manteve crescimento no número de beneficiários, com destaque para os planos coletivos empresariais como principal vetor de expansão.

O ambiente regulatório tornou-se mais técnico, com maior rigor por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na constituição de provisões, manutenção de ativos garantidores e acompanhamento da solvência das operadoras.

O cenário competitivo permaneceu dinâmico, exigindo eficiência operacional, gestão técnica da carteira e conformidade regulatória. Nesse contexto, a Companhia atuou com foco em disciplina, governança e crescimento sustentável.

Estrutura Financeira e Regulatória

A Companhia manteve liquidez compatível com suas obrigações operacionais e regulatórias ao longo do exercício.

Em função do crescimento da operação e da evolução natural das obrigações técnicas associadas ao aumento da carteira, foi realizado aporte de capital no montante de R\$ 2,6 milhões, destinado ao fortalecimento dos ativos garantidores.

A medida teve caráter prudencial e estratégico, assegurando plena aderência às exigências normativas da ANS e reforçando a solidez financeira da Companhia no novo estágio de porte operacional.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados.

A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na “Performance” da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Em um cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia, a Empresa tem focado na retenção de clientes, oferecendo produtos mais acessíveis e um atendimento qualificado. Esforços também são direcionados para soluções de pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Mudança do controle

Em 06 de agosto de 2025, o Grupo Qualicorp, celebrou contrato para a alienação de 100% do capital social da Gama Saúde a Fernando Alves Vieira, condicionado a condições precedentes.

A operação contou com anuência prévia dos debenturistas da 6ª emissão da Qualicorp Consultoria e aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O fechamento ocorreu em 01 de novembro de 2025.

Com a conclusão da transação, a Gama Saúde passou a ser integralmente controlada por Fernando Alves Vieira, sem descontinuidade das operações.

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa priorizará uma melhor alocação de capital ao longo de 2026, com o objetivo de aumentar significativamente a geração de caixa livre.

Para o exercício de 2026, a Administração direciona esforços para:

- Aumento da eficiência operacional;
- Diluição progressiva de custo;
- Consolidação da base de beneficiários;
- Melhoria gradual das margens;
- Manutenção do rigor técnico na gestão da carteira.

Com o faturamento mensal já estabilizado em patamar superior ao refletido na média anual do exercício, projeta-se evolução positiva do desempenho econômico-financeiro ao longo do próximo período.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2025, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.

Diante do exposto, conclui-se que os resultados apresentados refletem o compromisso da gestão com a eficiência, a transparência e a busca contínua por melhores resultados organizacionais.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e demais envolvidos pelo empenho e dedicação ao longo do período analisado.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

GAMA SAÚDE LTDA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
GAMA SAÚDE LTDA.
BARUERI - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **GAMA SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GAMA SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores em 28/02/25 que emitiram parecer sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o

relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

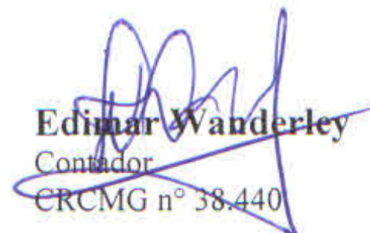
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026.

Cooperaudi
Auditores Independentes
CRCMG nº 6.906

A blue ink signature of Edimar Wanderley, written in a cursive style, is placed over the printed name and title.

Edimar Wanderley
Contador
CRCMG nº 38.440

GAMA SAÚDE LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Disponível	7	340.076	285.938
Realizável		339.152	272.915
Aplicações Financeiras	8	10.500	5.561
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		10.500	5.561
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	306.010	262.319
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber		57	56.125
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		297.164	200.152
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar		8.789	6.042
Créditos Tributários e Previdenciários	11	1.211	2.634
Bens e Títulos a Receber	10	21.431	2.401
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		10.047	77.687
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		9.496	77.441
Créditos Tributários e Previdenciários	11	-	59.965
Depósitos Judiciais e Fiscais		8.528	16.744
Imobilizado		479	142
Direito de uso de arrendamentos		968	732
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		467	95
Intangível		12	47
Intangível		72	104
TOTAL DO ATIVO		350.123	363.625

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	178.779	203.725
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais		147.941	132.856
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		147.861	132.832
Tributos e Encargos Sociais a recolher		80	24
Débitos Diversos	14	1.953	1.627
Débitos Diversos		28.885	69.242
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões		2.906	2.720
Provisões para Ações Judiciais		2.906	2.679
Débitos Diversos	15	2.906	2.679
Débitos Diversos	14	-	41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	16	168.438	157.180
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		162.483	53.873
Lucro (Prejuízos) Acumulados		-	108.610
		5.955	(5.303)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		350.123	363.625

GAMA SAÚDE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		40.146	38.102
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		44.977	40.926
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	17	44.977	40.926
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.831)	(2.824)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	18	7.821	(229)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		7.821	(229)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		47.967	37.873
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		-	1.108
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		(242)	822
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		403	(28.346)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(227)	(1.141)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	630	(27.205)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(412)	(291)
RESULTADO BRUTO		47.716	11.166
Despesas Administrativas	19	(30.810)	(24.465)
Resultado Financeiro Líquido	20	2.026	1.878
Receitas Financeiras		2.847	3.143
Despesas Financeiras		(821)	(1.265)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		18.932	(11.421)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	21	102	(4.537)
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	21	(6.433)	11.592
Participações sobre o Lucro		(1.343)	183
RESULTADO LÍQUIDO		11.258	(4.183)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.258	(4.183)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	11.258	(4.183)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de legal	Reserva de lucro	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		53.873	12.000	-	-	(1.120)	64.753
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(4.183)	(4.183)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		-	(12.000)	-	-	-	(12.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	108.610	-	-	-	108.610
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	16	53.873	108.610	-	-	(5.303)	157.180
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.258	11.258
Aumento de capital		108.610	(108.610)	-	-	-	-
Reserva legal				298	-	(298)	-
Reserva de lucro				-	5.657	(5.657)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16	162.483	-	298	5.657	-	168.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		627.762	420.786
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		436.402	329.430
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		1.532	1.880
(+) Outros Recebimentos Operacionais		340.614	127.832
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(674.866)	(552.141)
(-) Pagamentos de Pessoal		(9.657)	(3.887)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(8.681)	(11.665)
(-) Pagamentos de Tributos		(14.444)	(15.242)
(-) Pagamentos de Aluguel		(232)	(186)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(6)	(27)
(-) Aplicações Financeiras		(440.193)	(309.645)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(270.215)	(79.443)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(11.984)	(92.308)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Integralização de capital em dinheiro		-	96.610
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	96.610
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Pagamentos de arrendamento		(115)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(115)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(12.099)	4.302
Caixa - saldo inicial	7	13.023	8.721
Caixa - saldo final	7	924	13.023
Ativos livres no início do ano (*)	7	13.023	8.721
Ativos livres no fim do ano (*)	7	924	13.023
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(12.099)	4.302

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais

a) Contexto operacional

A Gama Saúde Ltda. ("Gama Saúde" ou "Empresa"), com sede em Barueri, controlada por Fernando Alves Vieira, presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde espera que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós-pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

b) Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

I. Mudança de controle

Em 06 de agosto de 2025, a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (Qualicorp Consultoria) e a Qualicorp Administração e Serviços Ltda. (Qualicorp Serviços) detentoras de 100% do capital social da Gama Saúde, celebraram contrato de compra e venda de quotas para a alienação da totalidade de suas participações societárias à Fernando Alves Vieira, pelo valor de R\$ 163.912, a ser pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa CDI. A transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Em 12 de setembro de 2025, foi concedida a anuência prévia (*waiver*) pelos debenturistas da 6ª emissão, em série única, de debêntures simples da Qualicorp Consultoria, não conversíveis em ações, para a alienação de 100% das quotas do capital social da Gama Saúde Ltda.

Em 22 de outubro de 2025, foi concedida a anuência prévia (*waiver*) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS").

Em 01 de novembro de 2025, o fechamento da transação referente a alienação da participação de 100% do capital social da Empresa foi concluído. Nesta mesma data, mediante primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda, o preço de aquisição foi alterado para R\$162.367 e ajustado por parcela de preço adicional no montante total de R\$12.029, portanto, o preço final da alienação totalizou R\$174.396.

Em decorrência desta operação, a Gama Saúde, anteriormente controlada por Qualicorp Consultoria, passou a ser controlada por Fernando Alves Vieira.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528/22.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3 Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

c) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

iii. Aplicações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras incluem: (i) cotas em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos; e (ii) aplicações financeiras mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações como ativo garantidor.

iv. Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada para perdas.

v. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

vi. Intangível

Está representado principalmente pelas licenças de *softwares* e *softwares* em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

vii. Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil

de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

viii. Arrendamento

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

ix. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda corrente foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social corrente foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, a Empresa constitui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: (i) diferenças temporárias; e (ii) prejuízo fiscal, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão

ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

x. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos que relatam a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

xi. Receita

As receitas são decorrentes dos prêmios e ganhos reconhecidos considerando o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, momento em que a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa.

xii. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos trabalhistas e regulatórias são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa resultará em provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, desde que seja possível concluir que tal estimativa:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; e
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

xiii. Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado, depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso a Empresa assuma esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que a Empresa atua em

situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

4 Estimativas, julgamentos e premissas significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Empresa adotou premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

- a) *Provisão para riscos cíveis*

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

5 Instrumentos Financeiros

- a) *Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros*

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros				
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	485	-	13.018
Aplicações financeiras	-	10.500	-	5.561
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	306.010	-	322.284	-
Bens e títulos a receber	21.431	-	2.401	-
Total dos ativos financeiros	327.441	10.985	324.685	18.579
Passivos financeiros				
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	147.941	-	132.856	-
Débitos diversos	28.885	-	69.283	-
Total dos passivos financeiros	176.826	-	202.139	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2025	31/12/2024
	Nível 1	Nível 1
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	485	13.018
Aplicações financeiras	10.500	5.561
Total	10.985	18.579

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transferências entre níveis.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 30 dias. A Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	485	13.018
Aplicações financeiras (i)	10.500	5.561
Arrendamentos (ii)	(467)	(118)
Total	10.518	18.461

- (i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 8.
- (ii) Os arrendamentos são atualizados financeiramente pela taxa de juros identificada no contrato ou estimada através de análises de mercado.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com arrendamentos.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$136 (R\$213 em 31 de dezembro de 2024).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7 e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 16).

A Empresa está sujeita a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser inferiores ao patrimônio líquido ajustado ("PLA") por efeitos econômicos.

Abaixo demonstramos o patrimônio líquido ajustado por entidade calculado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais estão enquadrados à respectiva Resolução Normativa:

	31/12/2025	31/12/2024
PLA	168.366	157.076
Capital baseado em risco	165.655	126.901

Margem de solvência

A RN nº 526 de junho de 2022, dispõe sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS") que estabelece:

Margem de solvência (MS) corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo V da RN nº 526/2022, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- Em março de 2020: 79,745% do valor da MS;
- Entre abril de 2020 e dezembro de 2022: proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução vigente.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	147.941	132.856
Débitos diversos	28.885	69.283
Total	176.826	202.139

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa inicia o exercício 2025 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC18 e ICPC 09	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. As mudanças incluem a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis no Brasil com as internacionais. Além disso, a ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às mudanças ocorridas após sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Após avaliação, concluiu-se não existir impactos para a Empresa, pois atualmente a Empresa não detém investimentos avaliados pelo método MEP.
CPC 02	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB. Essas alterações impactam o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. As mudanças visam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Empresa concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

CPC 26	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027, com o objetivo de melhorar a qualidade das divulgações financeiras, através da (i) apresentação de subtotais definidos para as demonstrações de resultados do exercício, segregando receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda; (ii) divulgações sobre <i>Management-defined Performance Measures</i> (MPM), ou medidas de desempenho definidas pela Administração, para prover transparência; (iii) e requisitos aprimorados para agregação e desagregação, com a finalidade de fornecer informações úteis. Tais mudanças impactarão a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, cujo ponto de partida será o lucro operacional. A Empresa está avaliando os impactos do novo padrão e irá adequar suas divulgações no período de exigibilidade desta norma.
--------	---

IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: a nova norma, publicada pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> , simplifica e reduz os custos dos relatórios financeiros das subsidiárias que não têm obrigação pública de divulgação. A norma permite que essas subsidiárias apliquem as normas contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a utilidade das demonstrações financeiras. A IFRS 19 entra em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos desta norma e irá adequar seus requisitos de divulgação no período de exigibilidade desta norma pela ANS.
Lei complementar 214 de 16 de janeiro de 2025.	A Empresa vem acompanhando as alterações no sistema tributário nacional introduzidas pela LC nº 214/2025, especialmente no que se refere à substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) pelos novos tributos sobre o valor agregado, denominados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em razão da necessidade de regulamentação de determinados temas por lei complementar, os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após a finalização do processo de regulamentação. A Empresa continua monitorando a evolução da legislação para avaliar tempestivamente seus efeitos.
CBPS 1 e 2	As normas IFRS S1 — Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com foco em todos os riscos e oportunidades de sustentabilidade relevantes ao desempenho econômico e a IFRS S2 — Divulgações Relacionadas ao Clima, especificando requisitos para temas climáticos, emitidas pelo <i>International Sustainability Standards Board – ISSB</i> e com adoção obrigatória em ou após 01 de janeiro de 2026 para as companhias de capital aberto, requerem a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A Empresa não será impactada por esta norma.

7 Disponível

Saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas (a)	-	11.987
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (a)	485	1.031
Bancos conta depósito - movimento – país	439	5
Total	924	13.023

(a) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 92% a 95% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, com liquidez imediata.

8 Aplicações Financeiras

Saldos de aplicações financeiras são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento ANS (*)	-	5.561
Cotas de Fundos de Investimentos	10.500	-
Total	10.500	5.561

(*) Vide item (iii) da nota explicativa 3.

9 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Saldos de créditos de operações com planos de assistência à Saúde, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	57	208.790
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	297.164	60.009
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar	8.789	6.045
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde	-	(12.525)
Total	306.010	262.319

O resumo por idade dos saldos dos créditos a receber é:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	14.220	212.954
Até 30 dias	53.854	40.593
De 31 a 60 dias	50.170	2.581
Acima de 60 dias	187.766	18.716
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	-	(12.525)
Total	306.010	262.319

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas Efetivas	(11.895)	(20.636)
Perdas Estimadas	12.525	(6.569)
Saldo no fim do exercício	630	(27.205)

10 Bens e Títulos a Receber

Saldos de bens e títulos a receber, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber <i>intercompany</i>	-	585
Adiantamentos	20.304	1.279
Valores a receber	1.127	537
Total	21.431	2.401

11 Créditos Tributários e Previdenciários

Saldos de créditos tributários e previdenciários, são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
IRPJ a compensar	545	816
CSLL a compensar	42	239
PIS / COFINS a compensar	7	671
Outros impostos a compensar	617	908
Total do circulante	1.211	2.634
Ativo não circulante		
INSS a compensar	3.444	4.923
IRPJ a compensar	-	182
CSLL a compensar	-	87
IRPJ E CSLL diferidos (a)	5.084	11.552
Total do não circulante	8.528	16.744
Total geral	9.739	19.378

a) Apresentamos a seguir, a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (i)	5.084	11.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo (i)	-	(45)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos	5.084	11.552

(i) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros, incluindo prejuízo fiscal e base negativa. Ativos e passivos diferidos são apresentados líquidos, pois a Empresa tem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretende fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis	1.445	5.119
Provisão perda esperada de recebíveis	-	4.933
Provisões para riscos	988	911
Prejuízos fiscais e base negativa	1.711	369
Provisão de Programa de Participação nos Resultados - PPR	479	185
Arrendamentos	-	(42)
Outras provisões	461	77
Total dos créditos tributários	5.084	11.552

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização

desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

	31/12/2025	31/12/2024
12 meses	5.084	11.597
Total	5.084	11.597

12 Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas, no ativo e passivo circulantes, são compostos conforme segue:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações <i>intercompany</i> (i)	-	585	-	(304)

- i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos com o Grupo Qualicorp.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nas receitas e despesas, são compostos conforme segue:

	31/12/2025			
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed	Total
Serviços corporativos e rateios (i)	(255)	335	(80)	-

	31/12/2024			
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed	Total
Serviços corporativos e rateios (i)	(251)	425	(174)	-

- i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo Qualicorp.

- a) Remuneração do pessoal-chave da administração

Quanto ao pessoal chave da Administração, a Empresa não possui despesas com remuneração em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

Saldos de provisões técnicas de operações de assistência à saúde e ativos garantidores, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores	147.861	132.832
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	80	24
Total	147.941	132.856

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa apresenta suficiência de ativos garantidores para cobertura das provisões técnicas.

Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024
Inferiores a 60 dias	131.200	110.741
Superiores a 60 dias	16.741	22.115
Total	147.941	132.856
Provisões técnicas para cobertura (*)	147.941	132.856
Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº 8)	10.500	5.561

(*) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa-RN nº 569, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

14 Débitos Diversos

Os saldos de débitos diversos, nos passivos circulante e não circulante, são compostos conforme segue:

Passivo circulante:	31/12/2025	31/12/2024
Fundo garantidor (b)	7.224	6.224
Obrigações com pessoal	3.795	972
Adiantamento de clientes (a)	3.622	59.891
Fornecedores Diversos	1.354	131
Arrendamento	467	77
Outros	12.423	1.947
Total circulante	28.885	69.242
Passivo não circulante:		
Passivo de Arrendamento	-	41
Total não circulante	-	41
Total Geral	28.885	69.283

- a) Refere-se basicamente à adiantamentos recebidos de operadoras e às recuperações de glosas a repassar aos beneficiários.

- b) Fundo para compartilhamento de risco com operadoras, conforme estabelecido na RN 517.

15 Provisões para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	2.866	2.447
Trabalhistas e previdenciárias (b)	-	207
Regulatória/ANS (c)	40	25
Total	2.906	2.679

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2024
Cíveis (a)	1.339	1.135	(27)	2.447	1.139	(720)	2.866
Trabalhistas e previdenciárias (c)	-	32	(27)	5	-	(5)	-
Regulatório - ANS (b)	202	35	-	227	15	(202)	40
Total	1.541	1.192	(54)	2.679	1.154	(927)	2.906

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2025:

- a) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$2.866 (R\$2.447 em 31 de dezembro de 2024), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$9.151 (R\$72 em 31 de dezembro de 2024) nenhuma provisão foi constituída. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$5 em 31 de dezembro de 2024. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$2.505 (R\$823 em 31 de dezembro de 2024), não foram constituídas provisões.
- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$40 (R\$227 em 31 de dezembro de 2024) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$80 (nenhum processo avaliado como perda possível em 31 de dezembro de 2024), não foram constituídas provisões.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa é de R\$162.483 (R\$53.873 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 16.248.297.425 quotas de valor nominal igual a 0,01.

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório.

A Administração da Empresa encaminhou para aprovação em Assembleia a seguinte proposta de destinação do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro 2025 e 2024:

<u>Destinação do prejuízo líquido</u>	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	11.258	(4.183)
(Compensação) aumento de prejuízos acumulados	(5.303)	4183
Reserva legal	(298)	-
Reserva de lucro	(5.657)	-

17 Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde

<u>Descrição</u>	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com Operações de Assistência à Saúde:		
Receita com taxa de administração	44.977	40.926
Total	44.977	40.926

18 Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

<u>Descrição</u>	31/12/2025	31/12/2024
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde (a)	7.821	(229)

a) Em atendimento a Resolução Normativa nº 518 de 2022, as contraprestações líquidas que antes integravam o grupo

311, agora foram deslocadas para o grupo 411 de Eventos Indenizáveis Líquido, se a Empresa aplicasse a norma com efeito retrospectivo os saldos ficariam uniformes conforme exposto abaixo:

Abaixo a segregação das despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

<u>Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde médico hospitalar</u>	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido:				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei (*)	(5.917)	(5.454)	13.738	5.225
Total	(5.917)	(5.454)	13.738	5.225

(*) Referem-se, basicamente, à diferença temporal do sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica de contas médicas/hospitalares, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano, para esse saldo atual de R\$7.821 e (R\$229) em 31 de dezembro de 2024).

19 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com pessoal (a)	(15.559)	(7.419)
Gastos com serviços de terceiros	(9.238)	(9.249)
Gastos com Processos Judiciais	(3.350)	(1.351)
Gastos com localização e funcionamento	(737)	(448)
Outras despesas administrativas	(1.926)	(5.998)
Total	(30.810)	(24.465)

a) As despesas com pessoal, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	(5.480)	(2.204)
Provisão de 13º salário e férias	(3.273)	(499)
Despesa com encargos sociais	(2.570)	(1.058)
Despesas com vale refeição	(1.055)	(246)
Despesa com indenização	(311)	(149)
Despesa com transporte	(92)	(16)
Outras despesas com empregados	(2.778)	(3.247)
Total	(15.559)	(7.419)

20 Receitas (Despesas) Financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.376	2.126
Variação cambial ativa	83	403
Multa e juros recebidos	41	386
Atualização de créditos tributários	393	227
Outras receitas	954	1
Total de receitas financeiras	2.847	3.143
Despesas financeiras:		
Multa e juros pagos	(306)	(834)
Variação cambial passiva	(430)	(342)
Despesas bancárias	(85)	(71)
Descontos obtidos	-	(3)
Outras despesas	-	(15)
Total de despesas financeiras	(821)	(1.265)
Resultado financeiro	2.026	1.878

21 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e antes das participações	18.392	(11.421)
Participações sobre o lucro	(1.343)	183
Subtotal	17.589	(11.238)
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(5.980)	3.821
Despesas não dedutíveis	(263)	(1.715)
Crédito tributário de período anterior	(109)	4.980
Outros	21	(31)
Total das despesas/créditos de IRPJ/CSLL	(6.331)	7.055
Taxa efetiva da despesa de IRPJ/CSLL (%)	33,44%	61,77%

22 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social e após as participações	17.589	(11.238)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	114	262
Resultado na baixa de ativo imobilizado e arrendamento	58	47
Despesa financeira	(13)	-
Provisão para riscos	227	1.138
	17.975	(9.791)
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Redução (aumento) de créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.729	(274.058)
Redução de despesas antecipadas	-	3
Aumento (redução) de tributos e encargos a recolher	326	(3.698)
Aumento de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.085	104.941
(Aumento) de bens e títulos a receber	(19.030)	(1.668)
(Aumento) de títulos e depósitos judiciais e fiscais	(236)	(318)
(Redução) aumento de débitos diversos	(33.202)	62.866
Redução de créditos tributários e previdenciários	3.308	13.491
(Aumento) redução de aplicações financeiras	(4.939)	19.862
Caixa (utilizado nas) operações	(11.984)	(83.370)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.938)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(11.984)	(92.308)

23 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Fernando Alves Vieira
Diretor

Edilon Pereira Gurgel
Contador - CRC. MG-088799/O-8